



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000024-29.2024.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP

ASSUNTO: **Análise – Ata de Registro de Preços n.º 6/2023/TSE - Aquisição de envelopes plásticos autoadesivos para embalagem de urnas eletrônicas - Órgão Partícipe.**

PARECER JURÍDICO Nº 51 / 2024 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pelo Gabinete da Diretoria-geral (GABDG) em função do recebimento do Ofício-Circular GAB-DG TSE nº 379/2023, de 28/12/2023 ([1106455](#)), no qual se informou que foi firmada a Ata de Registro de Preços-TSE nº 06/2023 ([1106456](#)), entre o Tribunal Superior Eleitoral e a empresa VISÃO E ARTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA, cujo objeto é a eventual aquisição de envelopes plásticos autoadesivos para a embalagem de urnas eletrônicas, nas condições dispostas no Edital de Licitação-TSE nº 49/2023 ([1119413](#)). O referido ofício também esclarece que os Tribunais Regionais Eleitorais - TREs fazem parte do Registro de Preços, e que ficarão responsáveis por suas respectivas contratações.

02. Recebido na Diretoria-Geral na data de 03/01/2024, sua titular encaminhou o pleito à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) e à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) para providências, por meio do Despacho nº 3/2024 ([1106457](#)).

03. Dessa forma, o Secretário da SAOFC, mediante o Despacho nº 7/2024 ([1106508](#)), encaminhou os autos à Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP) e à Seção de Voto Informatizado e Urnas Eletrônicas (SEVUE) para informar a quantidade dos itens registrados na referida ata e o valor total a ser empenhado, bem como efetuar a juntada de todos os documentos referentes à ARP-TSE nº 6/2023 e ao Edital de Licitação-TSE nº 49/2023. O Secretário também determinou que, em seguida, fossem remetidos os autos à Coordenadoria de Finanças e Contabilidade (COFC), para realizar a programação orçamentária, e a esta Assessoria Jurídica, para analisar e emitir parecer jurídico.

04. Da mesma maneira, o Secretário da STIC, através do Despacho nº 6/2024 ([1106866](#)), encaminhou os autos à Coordenadoria de Suporte e Urnas Eletrônicas (COSUPUE) para informar, caso fosse necessário, o quantitativo de envelopes plásticos autoadesivos, com



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

memória de cálculo e justificativa, para atender à demanda das Eleições 2024.

05. Nesse sentido, tem-se que a COSUPUE, por meio da Informação nº 1/2024 ([1107962](#)), apresentou tabela, com a indicação do quantitativo de 3.500 envelopes plásticos, sendo 449 unidades previstas para manter em estoque, 2.551 unidades para utilização nas novas UEs no Modelo 2022 e 500 unidades para utilização devido a eventuais danos durante as Eleições 2024.

06. Ressalte-se que, embora o Gabinete da SAOFC tenha encaminhado o processo eletrônico, pela Remessa 19 ([1110084](#)), à COSUPUE/GABSTIC - unidade pretensamente gestora da contratação - na Informação nº 4 ([1110663](#)) o Gabinete da STIC explanou que se trata de contratação de material de consumo, razão pela qual deverá ser gerida pela COMAP e pela Seção de Almoxarifado (SEALM).

07. Diante dessa notícia, o Secretário da SAOFC, mediante o Despacho nº 132/2024 ([1111529](#)), alterou a determinação contida no Despacho nº 7/2024 ([1106508](#)) a fim de determinar: que a COMAP, junto à SEALM, efetuasse a juntada dos documentos referentes à Ata de Registro de Preços-TSE nº 06/2023; que a COFC realizasse a programação orçamentária da despesa conforme o quantitativo informado pela Informação nº 1/2024 da COSUPUE ([1107962](#)); que a Seção de Contratações (SECONT) elaborasse minuta de instrumento contratual nos moldes da minuta indicada pelo Anexo V do Edital de Licitação-TSE nº 49/2023; que esta Assessoria Jurídica analisasse e emitisse parecer jurídico.

08. Em seguida, a Assessoria de Licitações e Contratos (ASLIC), em virtude de prévia solicitação pela COMAP (Remessa 26 - [1119348](#)), juntou os seguintes documentos ao processo eletrônico:

- a) Documento de Oficialização da Demanda - DOD ([1119406](#));
- b) Pesquisa de Preços – Mapa Comparativo ([1119408](#));
- c) Pesquisa de Preços – Valor de Referência ([1119409](#));
- d) Termo de Referência ([1119410](#));
- e) Minuta de Ata de Registro de Preços - ARP ([1119411](#));
- f) Minuta de Contrato ([1119412](#));
- g) Edital do Pregão Eletrônico SRP do TSE nº 49/2023 ([1119413](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- h) Publicação do Aviso de Licitação no DOU ([1119422](#));
- i) Proposta Comercial da empresa VISÃO E ARTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA ([1119424](#));
- j) Resultado por Fornecedor – Pregão Eletrônico do TSE nº 49/2023 ([1119428](#));
- k) Termo de Adjudicação – Pregão Eletrônico do TSE nº 49/2023 ([1119429](#));
- l) Termo de Homologação – Pregão Eletrônico do TSE nº 49/2023 ([1119430](#));
- m) Publicação do Resultado de Julgamento no DOU – Pregão Eletrônico do TSE nº 49/2023 ([1119431](#));
- n) Publicação do Extrato da ARP nº 06/2023 do TSE no DOU ([1119433](#));
- o) Habilitação atualizada da empresa VISÃO E ARTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA ([1119435](#)).

09. Ato contínuo, a COMAP requereu à SAOFC, através da Solicitação 29 ([1120840](#)), autorização para emissão de nota de empenho no valor total de R\$ 2.695,00, considerando o valor unitário de R\$0,77 de cada um dos 3.500 envelopes plásticos autoadesivos previstos para aquisição.

10. Logo após, foi autorizada a emissão de nota de empenho no Despacho nº 363/2024 do Secretário da SAOFC ([1125092](#)), assim como foi realizada nova Informação nº 13 da COMAP ([1125251](#)), a qual indica para a COFC, com ciência da SAOFC e da STIC, a utilização da fonte orçamentária da STIC destinada à aquisição de envelopes para urnas eletrônicas, nomeada como "Envelopes plásticos para embalagem de urna - UEL MATCON".

11. Nesse sentido, prontamente o Coordenador da COFC, pelo Despacho nº 304/2024 ([1125345](#)), registrou que a despesa está prevista no planejamento orçamentário deste exercício, motivo pelo qual a Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) juntou aos autos o extrato de emissão de nota de dotação orçamentária ([1125397](#)), nos termos previamente solicitados pela COMAP. Ressalte-se que também a Seção de Orçamento e Finanças (SEOF) também juntou a Nota de Empenho 2024NE000201, no valor de R\$ 2.695,00 (dois mil, seiscentos e noventa e cinco reais), emitida pelo SIAFI-STN ([1125609](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. Posteriormente, a Seção de Contratos (SECONT), juntou aos autos a minuta de contrato ([1130621](#)), baseada na Ata de Registro de Preços nº 06/2023 do TSE ([1119411](#)).

13. Após, esta Assessoria Jurídica solicitou diligência à COMAP ([1134615](#)) no sentido de informar se houve, em outro processo eletrônico, instrução prévia para a formalização da participação deste TRE-RO na referida ata de registro de preços. Em caso positivo, também se solicitaram informações a respeito da numeração do processo administrativo, do documento que autorizou a participação do TRE-RO na contratação e do documento que previu tais quantitativos a serem contratados.

14. Por essa razão, a COMAP, através da Informação nº 25/2024 ([1140076](#)), informou o seguinte:

a) o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) possui norma interna em relação ao gerenciamento de insumos de eleições pelo próprio Tribunal Superior ou pelos TREs: a referida regulamentação encontra-se na Resolução TSE nº 23.530/2017, recentemente alterada pela Portaria TSE nº 197/2023;

b) nessas normas, o TSE estabelece a “forma mista de contratação” dos insumos de eleições, a qual consiste na realização, pelo TSE, de licitação na modalidade “Pregão Eletrônico com Registro de Preços” (fases de planejamento e seleção do fornecedor) e na contratação, pelos TREs, das licitantes vencedoras (fase de execução contratual);

c) durante a fase de planejamento do Pregão Eletrônico SRP do TSE nº 49/2023, o TRE-RO foi consultado em relação à quantidade necessária de embalagens plásticas para as urnas eletrônicas, oportunidade em que apresentou as devidas informações no Processo SEI nº [0001380-93.2023.6.22.8000](#), através dos eventos [1039276](#), [1039280](#) e [1044518](#).

15. Desta forma instruídos, os autos vieram, por fim, a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico.

É o necessário relato.

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

16. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI 0000024-29.2024.6.22.8000) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

17. Por sua vez, estando o processo licitatório sob o regime jurídico da antiga Lei de Licitações e Contratos, a **Lei nº 8.666/1993**, encontram-se as seguintes regras no tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:

SEÇÃO IV – Do Procedimento e Julgamento

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

I – edital ou convite e respectivos anexos, quando for o caso;

II – comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 desta Lei, ou da entrega do convite;

III – ato de designação da comissão de licitação, do leiloeiro administrativo ou oficial, ou do responsável pelo convite;

IV – original das propostas e dos documentos que as instruírem;

V – atas, relatórios e deliberações da Comissão Julgadora;

VI – pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;

VII – atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação;

VIII – recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões;

IX – despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente;

X – termo de contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XI – outros comprovantes de publicações;

XII – demais documentos relativos à licitação.

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

[GRIFO NOSSO]

18. Essas disposições referem-se ao controle interno de legalidade dos atos da contratação, realizado pela assessoria jurídica da Administração Pública contratante. O objetivo do controle é avaliar a compatibilidade dos atos administrativos produzidos no processo de contratação pública com o ordenamento jurídico vigente. Esse exame prévio visa a evitar ou, ao menos, a reduzir, possíveis questionamentos frente aos órgãos de controle externo ou a eventual constatação posterior de vícios que comprometam o interesse e a finalidade públicos.

19. A assessoria jurídica deve, então, analisar a legalidade e apoiar a autoridade competente no controle da legitimidade dos atos a serem praticados ou já efetivados, orientando a atuação do gestor. Dessa avaliação deve resultar um parecer jurídico que possibilite ao administrador o conhecimento das variáveis necessárias para a tomada de decisões seguras.

20. Porém, é preciso enfatizar que o parecer jurídico produzido pela Assessoria Jurídica trata apenas de estrito controle de legalidade, de modo que deve se restringir aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem a fase de planejamento da contratação, com base nas peças constantes dos autos, sem adentrar no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que, como regra geral, não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

21. Além disso, há que se ressaltar que o caso em análise possui uma particularidade. Neste processo, a fase de planejamento da contratação é integralmente realizada pelo ORGÃO GERENCIADOR do SRP, no caso o Tribunal Superior Eleitoral. Em função disso, tais documentos foram objeto de análise e aprovação pelas autoridades administrativas do TSE, não se submetendo a uma nova valoração do ORGÃO PARTÍCIPE, situação do TRE-RO no SRP. Decorre daí que eventual pronunciamento desta unidade jurídica acerca desses documentos seria totalmente inoportuna.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

22. Tal constatação constitui o entendimento da Orientação Normativa AGU nº 64, de 29 de maio de 2020. Veja-se:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 64, DE 29 DE MAIO DE 2020

I) NO ÂMBITO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, AS COMPETÊNCIAS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 38 DA LEI 8.666, DE 1993; E DO ART. 11, INCISO VI, ALÍNEA "A", DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993; RELATIVAS À APROVAÇÃO DA MINUTA DE EDITAL E CONTRATO ADMINISTRATIVO, SÃO DA EXCLUSIVA ALÇADA DA UNIDADE CONSULTIVA QUE PRESTA ACESSORAMENTO JURÍDICO AO ÓRGÃO GERENCIADOR DO CERTAME.

II) O ÓRGÃO PARTICIPANTE E O ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO SOLICITAR MANIFESTAÇÃO DAS RESPECTIVAS CONSULTORIAS JURÍDICAS QUE LHESS PRESTAM ACESSORAMENTO ACERCA DA JURIDICIDADE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO OU ADESÃO, ESPECIALMENTE NOS CASOS EM QUE HAJA DÚVIDA DE ORDEM JURÍDICA OBJETIVAMENTE EXPOSTA. [GRIFO NOSSO]

23. Ademais, tal posicionamento da Advocacia-Geral da União é corroborado pelo Decreto nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666/1993. O referido decreto determina em seu art. 9º, §4º: “o exame e a aprovação das minutas do instrumento convocatório e do contrato serão efetuados exclusivamente pela assessoria jurídica do órgão gerenciador”.

24. Por isso, torna-se descabida e inoportuna uma nova análise jurídica por esta AJSAOFC. Isso porque os documentos da fase de planejamento, nos quais se incluem a minuta do edital e do contrato, produzidas no processo no qual se deu o Pregão Eletrônico SRP TSE nº 49/2023, foram necessariamente APROVADOS pela assessoria jurídica do órgão gerenciador, nos termos do p. único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993.

III – DA CONTRATAÇÃO ORIUNDA DE PARTICIPAÇÃO DO TRE-RO EM COMPRA ATRAVÉS DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

25. Como referido na seção anterior, constatado que a fase de planejamento da contratação, assim como os atos do certame foram aprovados pelo órgão gerenciador, restará a esta unidade jurídica verificar a regular instrução do processo com os documentos listados pela Instrução Normativa TRE-RO nº 4, de 30/10/2008, a qual disciplina as regras e procedimentos para as contratações mediante as modalidades licitatórias disciplinadas pelo regime jurídico da Lei nº 8.666/1993.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

26. O Decreto Federal nº 7.892/2013 define algumas possibilidades para a atuação dos órgãos públicos em registro de preços. Veja-se:

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - órgão gerenciador - órgão ou entidade da administração pública federal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - órgão participante - órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços;

V - órgão não participante - órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços;

VI - compra nacional - compra ou contratação de bens e serviços, em que o órgão gerenciador conduz os procedimentos para registro de preços destinado à execução descentralizada de programa ou projeto federal, mediante prévia indicação da demanda pelos entes federados beneficiados;

VII - órgão participante de compra nacional - órgão ou entidade da administração pública que, em razão de participação em programa ou projeto federal, é contemplado no registro de preços independente de manifestação formal.

[GRIFO NOSSO]

27. No caso em análise, a atuação deste Tribunal pode ser considerada como a de órgão participante em compra capitaneada pelo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tribunal Superior Eleitoral, em registro de preços para eventual aquisição de envelopes plásticos autoadesivos para a embalagem de urnas eletrônicas.

28. A condição de “órgão participante” consiste em figurar como participante da ata de registro de preços desde o início da etapa externa do processo licitatório, sendo partícipe, inclusive, no planejamento da demanda indicada no Termo de Referência. Vale mencionar, inclusive, que no caso em comento o TRE-RO não se adéqua à condição de “órgão não participante” porque esta se refere à situação na qual o órgão solicitará adesão à ata sem participar do sistema de registro de preços. O Tribunal também não se adéqua, in casu, à condição de “órgão participante em compra nacional” porque esta modalidade de compra é exclusivamente aplicável a convênios firmados entre a União e outros entes federados.

29. Nesse sentido, a IN TRE-RO nº 04/2008 previu a utilização da ata de registro de preços quando o TRE-RO atuasse na condição de participante de contratação conjunta através do Sistema de Registro de Preços, estabelecendo os elementos necessários à instrução do processo de contratação. Veja-se:

SEÇÃO IV - DAS AQUISIÇÕES ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

SUBSEÇÃO I - DA PARTICIPAÇÃO DO TRIBUNAL EM AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES CONJUNTAS

Art. 19. Nos termos da legislação aplicável, o TRE/RO poderá participar de processos de contratações conjuntas com outros órgãos federais através de registro de preços, seja na condição de órgão gerenciador ou participante, sempre que comprovada a conveniência de tal operação.

§ 1º Havendo interesse, o Secretário da SAOFC lavrará manifestação circunstanciada, submetendo-a à deliberação da autoridade competente para autorizar a despesa.

§ 2º Autorizado o pedido, o processo seguirá as disposições da legislação e regulamentação aplicável a esse procedimento especial de registro de preços.

30. Nesse compasso, verifica-se que os passos definidos pelos §§1º e 2º do art. 19 da IN TRE-RO nº 04/2008 são os seguintes:

a) manifestação circunstanciada do Secretário da SAOFC;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) submissão da referida manifestação à autoridade competente para autorizar a despesa;

c) prosseguimento do processo administrativo para cumprimento da legislação e regulamentação aplicável a este procedimento especial.

31. Primeiramente, é preciso enfatizar que a manifestação do Secretário da SAOFC e a autorização pela Diretoria-Geral do TRE-RO já se encontram supridas pela própria determinação constante na Resolução TSE nº 23.530/2017. Veja-se:

Art. 1º As aquisições de insumos e equipamentos e a prestação de serviços para realização das eleições serão acompanhadas e geridas pelo TSE e na forma disciplinada nesta resolução.

Parágrafo único. A Assessoria de Gestão Eleitoral (Agel) do TSE acompanhará as aquisições e a prestação de serviços de que trata o [Anexo](#) e definirá o respectivo cronograma de planejamento, sem prejuízo da tramitação do processo nas demais unidades administrativas do Tribunal.

Art. 2º As aquisições e os serviços a serem prestados serão conduzidos nas formas Centralizada, Descentralizada e Mista, as quais são definidas da seguinte forma:

I - Centralizada: aquisições e serviços gerenciados e contratados pelo TSE;

II - Descentralizada: aquisições e serviços efetivados pelo TRE, podendo ser acompanhados pela Agel;

III - Mista: aquisições e serviços em que os TREs atuam como partícipes em Sistema de Registro de Preços (SRP).

§ 1º O [Anexo](#) descreve a forma de contratação de cada insumo, equipamento ou serviço relacionado com as eleições.

§ 2º O eventual acompanhamento das demandas de que trata o inciso II consistirá em conhecer todos os cenários relacionados às contratações para realização das eleições.

Art. 3º As contratações Centralizadas e Mistas terão suas licitações processadas pela Comissão Permanente de Licitação (CPL) do TSE.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 1º Os TREs encaminharão os quantitativos ao TSE no prazo de sete dias úteis contados da solicitação.

§ 2º Para as contratações de que trata o caput, haverá exame crítico da demanda pela Agel em parceria com a equipe técnica do TSE, que consistirá em:

I - identificar a necessidade de reunião dos itens em lotes, se aplicável;

II - analisar preliminarmente os quantitativos propostos, com base em tabela de referência, no consumo histórico e nas justificativas apresentadas pelos tribunais eleitorais.

§ 3º Se da análise crítica decorrer discordância dos quantitativos propostos, deverá o TRE retificar a sua demanda ou, no caso de ratificação, justificar documentalmente os quantitativos originais.

Art. 4º Após o exame crítico das demandas, o TSE poderá requerer esclarecimentos ou realizar diligência, devendo a resposta, quando necessária, ocorrer no prazo de sete dias úteis a contar da comunicação.

Parágrafo único. Persistindo dúvidas acerca dos quantitativos, a demanda será submetida ao diretor-geral da Secretaria do TSE para solicitar, se entender necessário, a manifestação do diretor-geral do TRE e para decidir acerca dos quantitativos a serem adquiridos.

Art. 5º A Agel definirá os indicadores para monitorar as aquisições e os serviços referentes ao processo eleitoral, podendo utilizá-los para subsidiar a análise crítica das demandas apresentadas.

Art. 6º No caso de identificação de prejuízo técnico, administrativo ou financeiro nas contratações do serviço de manutenção preventiva de urnas realizadas pelos tribunais regionais, o TSE poderá avocar, nas eleições futuras, o gerenciamento da demanda na forma de contratação Mista.

Parágrafo único. A avocação do gerenciamento das contratações do serviço de manutenção preventiva de urnas poderá ocorrer de maneira parcial, contemplando as demandas de um ou alguns TREs, ou de maneira geral, abrangendo todos os regionais.

Art. 7º Contratações não previstas no [Anexo](#) que impactem a realização das eleições poderão ser inseridas no rol do [Anexo](#) mediante edição de portaria do diretor-geral da Secretaria do TSE.

Art. 8º Os casos omissos serão dirimidos pelo TSE.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 9º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

[GRIFO NOSSO]

32. Ressalte-se, ainda, que o anexo a que faz menção o p. único do art. 1º da referida resolução traz a indicação de quais contratações de insumos e equipamentos para as eleições serão realizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral. Aliás, tal anexo foi recentemente alterado pela Portaria TSE nº 197/2023, que determina a “contratação mista” de envelopes plásticos para embalagem das urnas eletrônicas, bem como de diversos outros insumos. Ora, se o próprio TSE determina a contratação pelos TREs, não há que se falar, portanto, em qualquer deliberação por parte deste Tribunal quanto à autorização ou não da despesa. Tal exame de mérito fica restrito apenas à indicação dos quantitativos de material, conforme indica o art. 3º, §1º, da resolução mencionada.

33. Continuando na verificação dos requisitos definidos pelos §§1º e 2º do art. 19 da IN TRE-RO nº 04/2008, em seguida é preciso verificar qual seria o procedimento especial a ser cumprido pelo TRE-RO para o caso em tela. Analisando o Decreto nº 7.892/2013, verifica-se que a norma não indica um procedimento exato a ser seguido pelo órgão participante, mas apenas aponta quais serão as suas obrigações e responsabilidades em relação à contratação. Veja-se:

CAPÍTULO IV - DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

Art. 6º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

§1º Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

(...)

Art. 15. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

34. Nessa linha, é possível definir que as competências do órgão participante listadas pelo art. 6º, incisos I a III e §1º, do Decreto nº 7.892/2013 são estas:

a) manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666;

b) garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente

c) manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório

d) tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições

35. Antes de tudo, entretanto é preciso ressaltar certa peculiaridade do presente caso: o próprio órgão gerenciador (TSE) foi quem comunicou, através do Ofício-Circular Gab-DG nº 194/2023 ([1039276](#)), o órgão participante (TRE-RO) sobre a realização de compras de insumos para as Eleições 2024. Nessa oportunidade, o TSE também realizou solicitação de indicação do quantitativo de materiais a serem contratados



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pelo TRE-RO, cuja resposta encontra-se acostada ao Formulário de evento [1044518](#).

36. Por isso, verificando a Ata de Registro de Preços nº 06/2023-TSE ([1106456](#)), constata-se que as competências indicadas em “a”, “b” e “c” já foram devidamente exauridas, mesmo que por iniciativa do órgão gerenciador. Dessa forma, agora cabe ao TRE-RO apenas a verificação das normas constantes na Ata de Registro de Preços e na minuta de contrato, presentes respectivamente nos Anexos IV e V do Edital do Pregão Eletrônico nº 49/2023 – TSE ([1119413](#)), para que possa cumprir adequadamente com a fiscalização e execução contratuais.

37. Nesse sentido, pela análise da minuta de contrato acostada pela SECONT ([1130622](#)), verifica-se a correta correspondência de suas cláusulas com aquelas fixadas pelo Anexo V do Edital do Pregão Eletrônico nº 49/2023 – TSE ([1119413](#)). Ressalte-se que a própria ARP nº 06/2023 ([1106456](#)) exige, em seu item 4.1, a formalização de contrato pelos TREs partícipes.

38. É importante salientar que poderá a Administração utilizar-se da Ata de Registro de Preços nº 06/2023 ([1106456](#)) por um período de até 1 (um) ano de sua publicação no Diário Oficial, ocorrida em 29/12/2023 ([1119433](#)), nos termos do art. 12, §4º, do Decreto nº 7.892/2013.

39. Por fim, cabe salientar que, nos termos do §1º do art. 6º do Decreto nº 7.892/2013, o órgão participante possui competência para aplicação de sanções decorrente do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, devendo informar as ocorrências ao órgão gerenciador.

IV – CONCLUSÃO

40. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica conclui nos seguintes termos:

I - Conquanto o p. único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993 preveja o controle prévio de legalidade dos documentos da fase de planejamento das contratações pela Assessoria Jurídica do órgão, trata-se de contratação mediante registro de preços em que o TRE-RO atua apenas como órgão participante, motivo pelo qual a fase de planejamento da contratação foi integralmente realizada pelo ORGÃO GERENCIADOR do SRP, no caso o Tribunal Superior Eleitoral. Em função disso, tais



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

documentos foram objeto de análise e aprovação pelas autoridades administrativas do TSE, nos termos do art. 9º, §4º, do Decreto nº 7.892/2013, não se submetendo a uma nova valoração do ORGÃO PARTÍCIPE, situação do TRE-RO no SRP. Decorre daí que eventual pronunciamento desta unidade jurídica acerca desses documentos seria totalmente inoportuna, consoante a Orientação Normativa AGU nº 64, de 29 de maio de 2020;

II - O processo encontra-se instruído com todas as informações e documentos exigíveis para as contratações oriundas da participação deste Tribunal em registro de preços conduzido pelo TSE, em harmonia com as regras da Resolução TSE nº 23.530/2017 c/c o art. 19, §§1º e 2º da IN TRE-RO nº 04/2008 e com as disposições do Decreto Federal nº 7.892/2013, que regulamenta o SRP instituído pela Lei nº 8.666/1993;

II - Em função disso, pela possibilidade jurídica da aquisição dos 3.500 (três mil e quinhentos) envelopes plásticos autoadesivos para a embalagem de urnas eletrônicas, oriunda do Pregão Eletrônico SRP TSE nº 49/2023 ([1119413](#)), que tem como compromissária a pessoa jurídica VISÃO E ARTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA, CNPJ nº 00.855.265/0001-71, com fundamento na Lei nº 8.666/1993, Decreto Federal nº 7.892/2013, na Resolução TSE nº 23.530/2017 e na IN TRE-RO nº 04/2008.

IV – A referida contratação deverá ocorrer nas condições dispostas no edital do certame, porém, no valor de R\$ 2.695,00 (dois mil, seiscentos e noventa e cinco reais), os quais decorrem expressamente de novos cálculos feitos pela COSUPUE ([1107962](#)), que diminuiu a quantidade de 3.540 (três mil, quinhentos e quarenta) envelopes originalmente indicada ao TSE no Formulário de evento [1044518](#) e disposta no Anexo IV-II da ARP nº 06/2023 gerenciada pelo TSE ([1119411](#)).

V – Conformidade da minuta de contrato apresentada pela SECONT ([1130621](#)) com o Anexo V do edital do certame ([1119412](#)), na forma do item 4.1 da referida ARP. Como anunciado nos itens 21 a 24 deste parecer, estará dispensado o controle de legalidade da minuta do instrumento por esta Assessoria Jurídica, ato praticado no âmbito do TSE, órgão gerenciador do SRP. Nesse sentido: Orientação Normativa AGU nº 64/2020.

VI - Reprise-se, conforme já apontado no item 11 deste opinativo, que há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à previsão de execução orçamentária da despesa no exercício de 2024 ([1125345](#)) e comprovação da sua programação ([1125397](#) e [1125609](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **LILIAN RAFAELI DUTRA SILVEIRA, Analista Judiciário**, em 03/04/2024, às 16:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 03/04/2024, às 16:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1141900** e o código CRC **3D798270**.